



# **ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA E ORÇAMENTÁRIA**

**LC n° 101/2000 - Lei de Responsabilidade Fiscal**

**Disposições Preliminares – Parte 3**

**Professor Sergio Barata**

§ 1º Serão **computados** no cálculo da receita corrente líquida os valores pagos e recebidos em decorrência da [Lei Complementar nº 87, de 13 de setembro de 1996](#), e do fundo previsto pelo [art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias](#).

Serão computados em **TODOS** os Entes os valores pagos e recebidos em decorrência da **Lei Kandir** (LC 87/96) e do **FUNDEB**.

§ 2º **Não** serão considerados na receita corrente líquida do **Distrito Federal e dos Estados do Amapá e de Roraima** os recursos **recebidos da União** para atendimento das despesas de que trata o inciso V do § 1º do art. 19.

### **DF E ESTADOS DO AMAPÁ E RORAIMA:**

Não serão computados na RCL desses Entes os recursos transferidos pela União para custear **Despesas com Pessoal**

§ 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas **arrecadadas no mês em referência e nos onze anteriores**, excluídas as duplicidades.

## Resumo RCL:

## QUESTÕES

1) (CESPE - Técnico Controle Interno - CGM/JP - 2018) Coube à LRF estabelecer normas gerais de direito financeiro destinadas à elaboração e ao controle dos orçamentos da União, dos estados, dos municípios e do Distrito Federal.

**GABARITO:**

2) (FGV – Analista Políticas Públicas e Gestão Governamental – SEPLAG/Niterói – 2018) A Lei Complementar nº 101, conhecida como Lei de Responsabilidade Fiscal, provocou mudanças substanciais na Administração Pública, nas três esferas do governo. Sobre a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a afirmativa correta.

(A) Impõe restrições às estatais independentes, visto que recebem recursos governamentais para despesas de custeio em geral ou com pessoal.

(B) Tem como princípios o planejamento, o controle, a transparência e a responsabilidade.

- (C) Precisou, por ser uma lei federal, de suplementação pelas outras esferas do governo.
- (D) Foi aprovada, por meio de uma reforma constitucional, em maio de 2000.
- (E) Foi editada para reger todo o processo orçamentário, revogando a defasada Lei nº 4.320/65.

**GABARITO:**



3) (FCC – Administrador – DP/RR – 2015) Considere os itens abaixo.

I. Prevenção de riscos e correção de desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

II. Cumprimento de metas de resultados entre receitas e despesas.

III. Obediência a limites relativos a gastos com pessoal e endividamento.

Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, são princípios da gestão fiscal responsável o que consta em

- (A) I e III, apenas.
- (B) I e II, apenas.
- (C) II e III, apenas.
- (D) I, II e III.
- (E) II, apenas.

**GABARITO:**

4) (FCC – Analista Judiciário - Área Administrativa - Contabilidade – TRT 12ª Região – 2013) Nos termos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a sociedade cuja maioria de capital social com direito a voto pertença, direta ou indiretamente, a ente da Federação é denominada

- (A) Sociedade de Propósito Específico.
- (B) Sociedade em Conta de Participação.
- (C) Empresa Estatal Independente.
- (D) Empresa Estatal Dependente.
- (E) Empresa Controlada.

**GABARITO:**